

# Imposto de Renda 2026 exige atenção de criadores de conteúdo e aumenta risco de inconsistências com novas regras fiscais

Com prazo até maio, profissionais do digital enfrentam maior cruzamento de dados pela Receita e precisam revisar rendimentos para evitar malha fina e atrasos na restituição

A temporada do Imposto de Renda 2026 já começou e acende um alerta para criadores de conteúdo, infoprodutores e profissionais do mercado digital. Com o avanço do cruzamento de dados pela Receita Federal e mudanças na tributação que acompanham a reforma tributária, erros simples podem resultar em retenção na malha fina, atrasos na restituição e até autuações fiscais.



Para quem deixou a organização para a última hora, ainda é possível reduzir riscos. O principal, segundo Reinaldo, é agir com pragmatismo. “Quem não se organizou ao longo do ano precisa priorizar três frentes, reunir todos os informes oficiais, cruzar as informações com movimentações bancárias e evitar qualquer tipo de omissão de rendimento, mesmo que pareça irrelevante.”

A declaração pré-preenchida, disponibilizada pela Receita, aparece como uma alternativa rápida para reduzir erros. A ferramenta já traz dados de fontes pagadoras, bancos e despesas médicas. “A declaração pré-preenchida reduz significativamente o risco de erro, porque parte de dados que já foram informados à Receita. Ainda assim, o contribuinte precisa revisar tudo com atenção, principalmente rendimen-

tos extras e ganhos não recorrentes”, afirma.

No universo dos criadores, um dos principais pontos de atenção está na diversificação de receitas. Monetização por plataformas, vendas de cursos, mentorias e recebimentos via intermediadores financeiros exigem organização detalhada. Segundo levantamento da própria TMB, mais de 70% das transações no mercado de infoprodutos já ocorrem fora do cartão de crédito, com uso de boleto parcelado e outras alternativas, o que amplia a quantidade de registros financeiros a serem considerados.

Outro fator crítico é a documentação. Mesmo sem controle ao longo do ano, ainda é possível reunir comprovantes essenciais. “Informes de rendimento, recibos médicos e comprovantes de despesas dedutíveis precisam estar organizados. Isso

é fundamental caso a Receita solicite comprovação depois”, explica o executivo.

Erros comuns de última hora seguem entre os principais motivos de retenção. Divergências entre o que foi declarado por empresas e o que o contribuinte informa continuam sendo a principal causa. “A malha fina, na maioria das vezes, não acontece por fraude, mas por inconsistência de dados. O sistema cruza tudo automaticamente”, afirma.

Além disso, a busca por restituição rápida pode levar a decisões equivocadas. A Receita prioriza declarações sem erros, o que reforça a importância da revisão. “Para receber a restituição sem problemas, o mais importante não é a velocidade, mas a precisão. Declarar rápido e errado pode atrasar muito mais do que revisar com calma e entregar corretamente”, diz.

A tendência, segundo especialistas, é que a digitalização e a reforma tributária ampliem ainda mais a fiscalização sobre rendimentos não tradicionais, incluindo atividades no ambiente digital. Para criadores de conteúdo, isso significa tratar a gestão financeira e tributária como parte estruturante do negócio, e não apenas uma obrigação anual.

## Desenrola 2.0: o consumidor entre a cruz e a espada

Stéfano Ribeiro Ferri (\*)

O número de brasileiros endividados chegou a 81,7 milhões em 2026, conforme os dados disponibilizados pelo Mapa da Inadimplência, do Serasa

Trata-se de um recorde histórico. Esse levantamento mostra um ciclo de endividamento crônico, agravado pela ampliação irresponsável do acesso ao crédito e aumento da taxa de juros. Além disso, dados recentes do Banco Central evidenciam que as dívidas bancárias comprometem quase metade da renda das famílias.

Nesse contexto, à medida que a eleição se aproxima, o governo acaba de lançar um pacote de “socorro” a endividados, para incentivar o consumo e evitar a desaceleração econômica. O Desenrola 2.0 é um programa de renegociação de dívidas que promete descontos entre 20% e 90% para contas com juros altos, como cartão de crédito, cheques especiais e crédito pessoal. O trunfo principal é a disponibilização do uso de até 20% do FGTS para quitar as inadimplências.

Embora paliativo, o programa não resolve o problema no longo prazo. Isso porque a realidade social do Brasil é marcada pela assimetria de informação e falta de educação financeira para as pessoas mais vulneráveis. Assim, se os milhões de consumidores que voltarão a ter acesso ao crédito não forem efetivamente capazes de administrar as finanças, cairão em uma armadilha que aprofunda o ciclo de endividamento e compromete a renda.

A euforia no lançamento da medida esconde uma realidade complexa: milhões de brasileiros apenas “sairão da inadimplência” com a aquisição de um novo crédito, via renegociação. No entanto, sem educação financeira, há grandes chances de que voltem ao mesmo status por não conseguir arcar com a

nova parcela da dívida renegociada ou por contrair dívidas paralelas. Cuida-se de um remendo que trata o sintoma, mas não a causa.

O desespero dos consumidores para regularizar sua situação financeira pode fazer com que aceitem qualquer proposta de renegociação, caindo no canto da sereia e se endividando novamente. O crédito deixa de ser um instrumento legítimo de inclusão econômica e passa a ser uma armadilha quando é concedido sem responsabilidade. Isso ocorre, por exemplo, quando instituições financeiras oferecem crédito de forma agressiva, sem avaliar a capacidade de pagamento do consumidor ou quando ocultam o real custo da operação.

Não há como negar que parte do mercado financeiro se beneficia indiretamente do endividamento crônico dos consumidores, seja por meio dos juros elevados, renegociações sucessivas ou pela própria dinâmica do crédito rotativo. Embora a inadimplência não seja o objetivo central, o sistema financeiro muitas vezes se estrutura de forma a tolerar — e até lucrar com — o atraso constante. O problema ultrapassa a esfera econômica e se torna jurídico quando a desigualdade informacional impõe ao consumidor uma onerosidade excessiva.

A lógica da boa-fé e do crédito responsável impõe limites claros à atuação das instituições financeiras. Sem isso, o sistema deixa de corrigir distorções e passa a reproduzi-las. Em vez de anunciar aos sete ventos soluções simples para problemas extremamente complexos, faria bem o Poder Público se começasse por enfrentar as causas estruturais do endividamento, ainda que não renda votos. Sem isso, o Desenrola 2.0 não passará de alívio imediato, deixando o consumidor preso ao mesmo dilema de sempre. Entre a cruz e a espada.

(\*) Sócio fundador do Stéfano Ferri Advocacia - Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP - Membro da Comissão de Direito Civil da OAB/Campinas.

## Conselhos ganham espaço nas médias empresas e viram motor de crescimento com controle

Estruturas de governança avançam no país e ajudam negócios em expansão a reduzir riscos, organizar decisões e sustentar resultados no longo prazo

Empresas de médio porte no Brasil têm ampliado a adoção de conselhos consultivos e administrativos como estratégia para crescer com mais controle e previsibilidade. Organizações com práticas mais estruturadas de governança apresentam maior longevidade e capacidade de atravessar crises, além de melhor desempenho na tomada de decisões. O movimento acompanha a necessidade de profissionalização da gestão em um ambiente econômico mais pressionado.

Para Farias Souza, administrador de empresas, CEO e fundador da Board Academy, edtech global especializada na formação e certificação de conselheiros, executivos e empresários que atua há mais de quatro anos na transformação do cenário da governança corporativa e no aperfeiçoamento estratégico de modelos de negócios no Brasil e na América Latina, a mudança reflete uma transformação no perfil das empresas em crescimento. “A empresa chega em um estágio em que o volume de decisões aumenta e a complexidade também. Sem governança, ela cresce desorganizada. Com governança, ela cresce com método e controle”, afirma.

Dados recentes reforçam esse cenário. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, negócios que adotam práticas formais de gestão e planejamento têm maior taxa de sobrevivência ao longo dos primeiros anos de operação. Já estudo da McKinsey & Company aponta que estruturas organizacionais bem definidas podem

eleva a eficiência operacional em até 20%, especialmente em empresas em fase de expansão.

Na prática, a governança impacta diretamente a qualidade das decisões. Com a presença de um conselho, o empresário deixa de centralizar definições estratégicas e passa a contar com visões complementares, o que reduz erros e amplia a capacidade de antecipação de riscos. Além disso, a criação de rotinas estruturadas, com reuniões periódicas e acompanhamento de indicadores, aumenta a disciplina na gestão.

Outro ganho relevante está na previsibilidade financeira. Empresas que estruturam governança tendem a organizar melhor o fluxo de caixa, alinhar crescimento com capacidade de execução e evitar desequilíbrios comuns em fases de expansão acelerada. “Crescer sem controle financeiro é um dos maiores riscos para as empresas médias. A governança cria mecanismos para acompanhar esse crescimento com clareza”, diz o executivo.

A adoção de conselhos também contribui para a profissionalização da empresa. A separação entre o papel do dono e a gestão operacional permite o desenvolvimento de lideranças internas e reduz a dependência de decisões centralizadas. Esse processo é considerado essencial para empresas que pretendem escalar ou atrair investidores.

Por outro lado, a ausência de governança costuma gerar perdas silenciosas. Entre elas, o crescimento desorganizado, a dificuldade de manter liquidez mesmo com aumento de faturamento e a limitação do negócio à capacidade individual do empresário. Sem uma

estrutura de decisão mais robusta, a empresa tende a reagir a problemas em vez de antecipá-los.

“Empresas sem governança vivem no curto prazo. Resolvem urgências o tempo todo e têm dificuldade de construir estratégia. Isso trava o crescimento e aumenta a exposição a riscos”, afirma Souza.

O ponto de alerta, segundo o especialista, aparece quando o crescimento vem acompanhado de perda de controle. Dificuldade de delegar, ausência de indicadores confiáveis, decisões urgentes recorrentes e queda na previsibilidade financeira são sinais de que a estrutura atual não sustenta mais o negócio.

Outro indicativo relevante é quando o aumento de faturamento não se traduz em geração de caixa. Esse desalinhamento, comum em empresas em expansão, costuma estar ligado à falta de processos, planejamento e acompanhamento estruturado.

A tendência é que a governança se consolide como ferramenta estratégica entre médias empresas nos próximos anos, impulsionada pela necessidade de crescimento sustentável e maior eficiência operacional. Para o executivo, o desafio está em antecipar esse movimento. “O erro mais comum é buscar governança quando o problema já apareceu. As empresas que se estruturam antes conseguem crescer com mais consistência e menos risco”, diz.

No atual estágio do mercado, a governança deixa de ser um diferencial e passa a ser um elemento central para empresas que buscam escala com controle, disciplina e capacidade de execução no longo prazo.

**Meca Foux Empreendimentos Ltda.**  
 CNPJ nº 47.305.049/0001-16 - NIRE 35239596039  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS**  
 Ficam convocados os sócios da Meca Foux Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 47.305.049/0001-16, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itaipu, nº 64, apartamento 52, Santana, CEP 02460-030 (“Sociedade”), a se reunirem no dia 14 de maio de 2026, às 08h (oito horas) em primeira convocação, e no dia 19 de maio de 2026, às 08h (oito horas), em segunda convocação, para Reunião de Sócios da Sociedade, a ser realizada presencialmente em sua sede, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) alteração das disposições referentes à administração da Sociedade, modificando a Cláusula Sexta e seus Parágrafos do Contrato Social da Sociedade; (ii) inclusão de novos capítulos e cláusulas no Contrato Social da Sociedade, referentes às deliberações dos sócios e apuração de haveres; (iii) a remuneração das cláusulas do Contrato Social, caso aprovadas as inclusões previstas no item (ii); e (iv) a autorização à administração da Sociedade para a prática de todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações mencionadas nos itens anteriores. São Paulo/SP, 05/05/2026. **Ayrton da Silva Foux** - Sócio-Administrador; **Enzo Foux** - Sócio-Administrador.

**Empresas & Negócios**

Publicidade Legal

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/3547-49E8-46D1-15F5> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3547-49E8-46D1-15F5



### Hash do Documento

0CA95329188369D69D59995D1863B0DF23A5B4E33281BEB58250FEE212E7A76C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/05/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 07/05/2026 19:21 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

### Evidências

**Geolocation:** Location not shared by user.

**IP:** 172.16.4.7

**AC:** AC Certisign RFB G5

